

Blocos Regionais e Pan-Americanismo na crise política brasileira de 1954

Ana Luiza Setti Reckziegel¹

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar de que forma as questões referentes à política externa brasileira, especialmente no que concerne às relações com a Argentina e com os Estados Unidos, contribuíram para o desencadeamento da crise política interna que culminou com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954.

PALAVRAS-CHAVE: Blocos regionais- Pan-americanismo- Vargas.

ABSTRACT: The article aims at analyzing how issues related to Brazilian foreign policy, especially with regard to relations with Argentina and the United States, contributed to the onset of the internal political crisis that culminated in the suicide of president Getúlio Vargas, in august of 1954.

KEY WORDS: Regional Blocks- Pan-Americanism- Vargas

I - Considerações Iniciais

Partimos do pressuposto de que o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) foi, desde seu início, marcado por um grau considerável de instabilidade. Apesar de ter voltado eleito como presidente constitucional, “nos braços do povo”, Vargas enfrentou o primeiro problema já na constituição de seu ministério. Reflexo das diversas alianças da campanha presidencial, apresentou um nítido caráter pluripartidário. Ao contemplar os diversos partidos, Vargas destinou apenas um único ministério para o seu próprio partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).¹ Essa frente comum, contudo, não seria suficiente para garantir sustentação parlamentar ao governo. O presidente Vargas, embora contasse com o apoio do PSD e do PTB, partidos estruturados sob sua inspiração, teria de manobrar continuamente para obter de forças antigetulistas, como, por exemplo, da UDN, colaboração ao seu programa governamental.

Organizado o ministério, Vargas voltou-se para a questão fundamental de seu governo: a estratégia de desenvolvimento econômico do país. Nesse ponto apareciam duas séries de problemas em nível interno: a inflação, com suas conseqüentes tensões sociais, era o grande obstáculo para que se colocasse em prática uma política de investimentos; em nível externo, além das oscilações constantes da balança comercial, a preocupação fundamental era com a obtenção de empréstimos para o financiamento do projeto de desenvolvimento preconizado pelo presidente. Como observa Moniz Bandeira “todos os esforços de Vargas [...] orientaram-se para o desenvolvimento e a consolidação das

¹ Doutora em História Ibero-Americana. Professora Titular do curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. analuiza@upf.br

indústrias de base, a produção de máquinas e equipamentos e a solução dos problemas de energia, sobretudo petróleo. E a política externa, especialmente vis a vis os EUA, funcionaria como ferramenta para arrancar concessões e realizar aqueles objetivos”.²

No entanto, as expectativas de Vargas no sentido da boa vontade dos EUA em conceder vantagens econômicas que viabilizassem o projeto de desenvolvimento industrial brasileiro, tornavam-se, ao longo de seu mandato, frustradas. Essa dificuldade em negociar os créditos com os EUA, crucial para o programa varguista, levaria a uma aproximação do Brasil com a Argentina. Pela ótica de Vargas, o passo dado em direção à nação vizinha, por si só traria dividendos. Porém, enquanto estratégia de pressão sobre os EUA, temerosos quanto à possibilidade de formação de blocos regionais independentes, poderia vir a oportunizar uma espécie de troca, por meio da qual, em função de empréstimos, o Brasil manter-se-ia fiel à proposta pan-americanista.

Esse ponto da política de Vargas ofereceu renovada munição para os setores oposicionistas, que passaram a propagar o temor da formação de uma república sindicalista à feição peronista e a possibilidade de uma retração nas relações com os EUA. Discretamente, Vargas prosseguiu com seu plano, convicto de que o aparente estreitamento de laços com a Argentina poderia constituir-se num forte componente de pressão para a agilização dos financiamentos norte-americanos.

II – A crise política brasileira e o papel da Argentina

Enfrentando uma grave crise econômica com inflação alta, crescimento lento e manifestações grevistas, o governo Vargas ainda teria de administrar as graves denúncias sobre o acordo secreto com a Argentina. Desde o início de 1954, a polêmica sobre o Pacto ABC tomou contornos de uma alta traição ao país. Apoiada nesse episódio, entrava em pleno curso uma sistemática campanha de desestabilização governamental, implementada pelas forças oposicionistas e veiculada por intermédio da imprensa antigetulista, majoritária em nível nacional.

Em um primeiro momento veio à tona a denúncia do ex-ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, sobre o suposto acordo secreto Vargas-Perón, que contrariava, segundo o ministro, o próprio compromisso político de Vargas, expresso, em princípios de 1952, nos seguintes termos: “Somos na América uma família de nações que

alimentam esperanças de fazer do Novo Mundo um verdadeiro mundo novo. Formamos um todo indissolúvel, e é perigosa ilusão pensarmos que algum de nós poderá lucrar ou resistir, se nos dividirmos. Sejam, pois, fiéis aos nossos compromissos de solidariedade interamericana, dentro de nossas possibilidades, pois só através da compreensão e da ajuda recíproca lograremos satisfazer as nossas necessidades comuns, promover a felicidade de todos e enfrentar os perigos que estão rondando as nossas portas”³

João Neves, tomando essas palavras como base da política governamental, afirmava: “De minha parte, não cedi um passo à tentativa de fragmentar-se a unidade continental. Se o senhor Getúlio Vargas tinha acertos secretos com o General Perón, devo dizer que jamais insinuou sequer uma leve objeção à minha conduta”⁴

A causa imediata que levou João Neves a denunciar o suposto acordo Vargas-Perón foi um discurso do presidente argentino proferido em dezembro de 1953, na Escola Superior de Guerra, em Buenos Aires. De acordo com o pronunciamento de Perón, o futuro traria dois problemas fundamentais: a alimentação e as matérias-primas. Em função da industrialização dos países ricos, as reservas das nações periféricas, em especial da América do Sul, seriam imprescindíveis. Isso significava um perigo para essas nações, na medida em que estariam “ameaçadas a que um dia os países superpopulosos e superindustrializados, que não dispõem de alimentos e nem de matéria-prima, mas que (sic) dispõem de um extraordinário poder contra nós para despojarmos dos elementos que dispomos em demasia em relação a nossa população e a nossas necessidades”. A partir dessa constatação, continuava argumentando “é esta circunstância que induziu nosso governo a encarar a possibilidade de uma união real e efetiva de nossos países para empreender uma vida em comum e para planejar também uma defesa futura comum [...] É fora de dúvida que, verificada esta união, cairão na sua órbita os demais países sul-americanos, que não serão favorecidos nem pela formação dum novo agrupamento, e provavelmente não poderão realizar, de forma alguma, separados ou juntos, senão em pequenas unidades”⁵

Em seguida a esse pronunciamento, o presidente argentino mencionava que estivera em contato com Getúlio no período da campanha presidencial para seu segundo mandato, em 1950, e afirmava que “Getúlio Vargas esteve total e absolutamente de acordo com esta idéia e em realizá-la assim que assumisse o poder.”⁶

Para João Neves, o discurso de Perón constituía a prova que Vargas negociara à revelia do próprio Ministério das Relações Exteriores, o que lhe imputava a quebra de confiança não só por parte daquele órgão, como de toda a nação.

A cada linha do discurso de Perón a situação de discrepância entre João Neves e Vargas se agravava. O presidente argentino afirmava que o empecilho para a realização do Pacto era o Itamaraty, que advogava em prol de uma aliança incondicional com os EUA. E ainda mais, aludia que quando Vargas havia subido ao poder havia se comprometido com Perón de realizar uma reunião no Rio de Janeiro ou em Buenos Aires para a assinatura do tratado.

Em sendo verdadeiro o relato do presidente Perón, de que havia mesmo um compromisso de Vargas com a assinatura do acordo para formação do bloco regional, as circunstâncias políticas internas do Brasil dificultaram em muito a aproximação entre os dois países.

Do momento da campanha eleitoral aos primeiros tempos do governo, a situação interna no Brasil se modificara muito. O fracasso da política de conciliação partidária tentada por Vargas no início de seu mandato e, ainda, a falta de entendimento sobre a condução da política externa entre Vargas e João Neves, oportunizaram a eclosão de uma crise de grandes proporções. Inclusive com a demissão de João Neves do Ministério das Relações Exteriores, em junho de 1953.

As manifestações de Neves sobre o pronunciamento de Perón datam de março de 1954; portanto, alguns meses após o discurso. Justificando sua reação tardia, alegava o então ex-ministro que teria dado um prazo um para que Vargas se manifestasse sobre as supostas “calúnias” de Perón, ao mesmo tempo em que aguardava provas da veracidade do pronunciamento. Como Vargas não havia se explicado, João Neves denunciara o acordo secreto.

No tocante à Argentina, a autenticidade do discurso atribuído a Perón foi negada pelas autoridades governamentais. Apesar disso, João Neves afirmava não ter dúvidas de que o discurso era de autoria de Perón, por se basear no seu estilo e no fato de que o presidente argentino havia mencionado o ABC também em outras ocasiões e aludindo ao fato de que nenhuma testemunha arrolada por ele, entre embaixadores e oficiais do Exército, além de ministros, havia se pronunciado para contestar suas denúncias.

As suposições de João Neves sobre a ligação secreta Vargas-Perón baseavam-se na troca de correspondência entre ambos, cujo teor ele mesmo admitia não ter conhecimento, afirmando “ sem ter visto ou lido as cartas considero que elas devam existir ”⁷.

Para João Neves, mesmo que não houvesse prova documental da transação entre os dois mandatários, era crível que Vargas tivesse se comprometido com o Pacto ABC, disfarçado, inicialmente de uma integração econômica. Desse modo, fazia crer que os acordos comerciais, como o acordo do trigo, da madeira, e do café, nada mais eram que uma fachada preliminar para a configuração do Pacto, o que pode explicar a intransigência de João Neves em relação a eles.⁸ As alegações do então ministro para impugnar os acordos comerciais eram de que Buenos Aires pedia preços exorbitantes pelos produtos.

A posição de que os acordos comerciais significavam uma fase preparatória para a dominação política Argentina, encontrou eco também no exterior. A imprensa britânica, por exemplo, manifestava-se nos seguintes termos: “ as esperanças da Argentina de formar uma união política dos Estados da América do Sul em que ela própria desempenharia o papel dominante ainda parecem muito longe de se cumprirem. Entretanto, os planos argentinos para assegurar-se (sic) o que Perón considera importante, uma aliança econômica dos países daquela região, parecem ter obtido alguns progressos nos últimos meses. Os acordos entre os países da América Latina nem sempre tem muita significação prática, mas os novos tratados com a Argentina tem o propósito evidente de provocar as modificações de alto relevo nas relações com os países incluídos em seu novo império.”⁹

O tão sonhado desejo de hegemonia sul-americana da Argentina, parecia uma incongruência num momento em que se falava em “pacto”. Vargas, no entanto, nem teria porque se alarmar com tais admoestações, caso tivesse como objetivo usar a possibilidade de pactuar com a Argentina apenas como uma estratégia para pressionar a nação líder do sistema, os EUA, a colaborarem com financiamentos que levassem a alavancar o desenvolvimento industrial brasileiro que, por tabela, levaria o Brasil à supremacia econômica no âmbito do subsistema regional.

III- O governo brasileiro responde

A resposta às acusações de João Neves sobre o Pacto ABC, ficou a cargo do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Lourival Fontes. Considerando totalmente

improcedentes as acusações do ex-ministro, Fontes inocentava Vargas de ter mantido contato com Perón no sentido da articulação do ABC. Admitia a troca de correspondência entre os dois mandatários, mas com ressalvas sobre seu conteúdo. Dizia o assessor: “numa delas o Presidente Perón comunicou sua posse. Numa outra agradece os cumprimentos de aniversário. Em outra, agradece as congratulações de praxe pelo triunfo eleitoral...”¹⁰ Enfim, cita tantas outras, de parte a parte, porém, resumindo-as como simples ocorrências diplomáticas, sem, no entanto, revelar-lhes o conteúdo na íntegra.

Quanto à acusação sobre o encontro entre Vargas e Perón, o secretário reconhecia que Perón manifestara o desejo de um encontro pessoal com o Vargas, que em princípio aquiesceu ao convite, mas que este encontro, na verdade jamais havia ocorrido.

Por fim, Lourival Fontes apelava para a questão do pan-americanismo, argumentando que para Vargas a “fidelidade ao pan-americanismo tem sido sempre reafirmada e basta percorrer seus discursos e declarações para que se verifique que o seu pensar maior nos nossos compromissos internacionais é o da união dos Estados americanos”¹¹

Após apregoar a postura pan-americanista, entretanto, aproveitava para deixar um recado explícito, afirmando que a postura de Vargas era de um “arraigado e intransigente nacionalismo. No seu vocabulário político não existe o entreguismo, diante dos interesses estrangeiros, nem o capitulacionismo (sic) diante das ameaças externas”¹²

No rol das acusações feitas por João Neves, estava a de que Perón emprestara auxílio financeiro a Vargas durante sua campanha eleitoral. Sobre esse ponto, Fontes contrapunha o seguinte: “o ministro João Neves apresenta o presidente Perón na atitude de credor, forçando a cobrança de dívidas logo após a ascensão ao poder do presidente Getúlio Vargas. O ministro João Neves era o presidente do comitê pró-candidatura de Getúlio Vargas e ninguém melhor do que ele poderá testemunhar que nunca obtivemos recursos e nunca recebemos influências de qualquer grupo ou país estrangeiro.”¹³

O pronunciamento do secretário Fontes não foi, contudo, suficiente para convencer sobre a isenção de Vargas nas articulações do Pacto ABC, Apesar de ter tornado inócuos alguns pontos das objeções de João Neves, o alarde já registrado provocara abalos irreversíveis na imagem presidencial, extremamente prejudicada pelo mutismo de Vargas frente à questão.

A perspectiva de uma integração política com a Argentina levou ao extremo a mobilização das forças oposicionistas. O suposto envolvimento de Getúlio Vargas no Pacto ABC acabou se constituindo em um argumento do qual a oposição se valeu para enfraquecer ainda mais o presidente Vargas. Reforçada pela adesão do ex-ministro João Neves, a frente anti-Vargas frustrava definitivamente a estratégia presidencial de pressionar os EUA para que liberassem créditos ao Brasil, acenando com a possibilidade da formação de um bloco regional, ideia tão combatida pelos norte-americanos.

IV – Considerações Finais

O ano de 1954 foi marcado pela grande polêmica em torno da denúncia sobre o Pacto ABC, que acabou sendo o fato agregador de uma sistemática campanha de desestabilização em relação a Vargas. As acusações do ex-ministro João Neves, sobre o suposto acordo secreto Vargas-Perón, serviram como suporte para a contrariedade dos setores oposicionistas, tanto no que se referia à esfera interna – a política nacional-populista – quanto no que dizia respeito à sua orientação externa e à intenção de obter certa autonomia frente os EUA. Dessa forma, os grupos que temiam o avanço do populismo, que defendiam o alinhamento incondicional com os norte-americanos, encontraram no Pacto ABC um expediente sob medida para atacar Vargas.

As facções antigetulistas, centradas no Congresso e no Exército, passaram, progressivamente, a minar a viabilidade da permanência de Vargas, no poder. Escudadas pela intensa agressão jornalística, procuraram abalar a imagem do presidente junto à opinião pública, acusando-o de planejar, à revelia do governo ou, pelo menos, sem o aval consensual desse, uma associação com o peronismo.

Vargas foi, de forma sensacionalista, acusado de traidor da nação pela imprensa, disposta a tornar seu envolvimento no Pacto ABC no pilar de suas desafeições e das demais facções antigetulistas.

Nesse sentido, é que se constitui fundamental evidenciar que o processo de crise que leva ao suicídio de Vargas teve no ABC fator de inegável importância. A ausência de um desmentido contundente por parte do presidente brasileiro propiciou que as dúvidas que pairavam sobre as articulações bilaterais não fossem dissipadas.

NOTAS

¹ O Partido Social Democrático (PSD) recebeu os ministérios da Fazenda, Relações Exteriores, Educação e Saúde; ao Partido Social Popular (PSP) foi destinado o ministério da Viação e Obras Públicas; a União Democrática Nacional (UDN) , tradicional inimiga de Vargas, foi contemplada com o ministério da Agricultura.

² BANDEIRA, Moniz. *O Eixo Brasil-Argentina: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987, p. 30

³ Arquivo João Neves da Fontoura. Estudo 14, maço 20, caixa, 10.

⁴ Idem

⁵ Idem

⁶ Idem

⁷ Carta de João Neves ao chanceler Remorino. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 25/04/1954

⁸ Ver: Setti, Ana Luiza Gobbi. *O Pacto ABC*. As relações Brasil-Argentina na década de 1950. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

⁹ *Correio do Povo*. Porto Alegre. 13/03/1954

¹⁰ *Correio do Povo*. Porto Alegre. 6/04/1954

¹¹ Idem

¹² Idem

¹³ Idem

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. *O Eixo Brasil-Argentina: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987

RAPOPORT, Mario. *História oral de la política exterior argentina (1930-1966)* . Buenos Aires: Editorial Octubre, 2015.

SETTI, Ana Luiza Gobbi. *O Pacto ABC*. As relações Brasil-Argentina na década de 1950. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.